



MR 022. Oriente Médio, conflito e refúgio: problematizando categorias e politizando o debate

Gisele Fonseca Chagas (Universidade Federal Fluminense) - Coordenadora, Mirian Alves de Souza (UFF) - Participante, Gustavo Baptista Barbosa (Ministério das Relações Exteriores) - Participante, Sílvia Montenegro (CONICET) - Participante, Paulo Gabriel Hillu da Rocha Pinto (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a

A transformação da gestão do refúgio enquanto questão humanitária deve ser acompanhada da contextualização histórica e do debate político em torno dos conflitos que o provocaram, uma vez que a ideia abstrata do refúgio despolitiza as práticas e os atores envolvidos. Tendo como ponto de partida pesquisas empíricas sobre refugiados sírios e palestinos no Brasil, na Argentina e no Líbano, a Mesa "Oriente Médio, conflitos e refúgio: problematizando categorias e politizando o debate" propõe discutir como a questão do refúgio tem sido mobilizada e gerida pelos distintos atores (Estados, ONGs, mídia, trabalhadores humanitários) e ela atrelados, focalizando nos debates sobre as diferenças entre um refugiado, um solicitante de refúgio, um imigrante e um portador de visto humanitário. Objetiva-se refletir sobre os modos pelos quais os conflitos do Oriente Médio se reverberam na diáspora sul-americana, considerando pensar o papel das comunidades de imigração locais, atores humanitários, estados de acolhida e do próprio fazer antropológico no que Liisa Malkki (1995) chama de "a ordem nacional do mundo". Como realizar trabalho de campo em situação de conflito? Como o trabalho antropológico pode contribuir para o debate público em torno da questão do refúgio e dos direitos humanos?

Categorias em risco: Populações Imaginadas, Etiquetagem e Estatística num Campo de Refugiados no Líbano

Autoria: Gustavo Baptista Barbosa

Mostro neste work a natureza problemática de algumas categorias - as "populações imaginadas" - com as quais trabalham estatísticos e agentes públicos. O que categorias e etiquetas generalizantes - como "Líbano" e "palestinos" -, que aparecem nos estudos estatísticos, efetivamente significam? Em tais generalizações, o que termina silenciado? Argumento aqui que palestinos, assim como outros setores da população, alguns libaneses inclusive, enfrentam obstáculos para inclusão social e econômica. Neste sentido, em que pesem os esforços do nacionalismo palestino em promover a particularidade do caso palestino, há muito em comum entre Chatila, o campo que pesquisei, e outras áreas empobrecidas do Líbano. Ao aceitar os termos do nacionalismo, estudiosos aprofundaram a alteridade palestina, ignorando outras formas de pertencimento, como classe, que talvez ainda sirva para mobilização política.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

